

02-REFORMA DO JUDICIÁRIO

Resumo da Proposta de Reforma do Judiciário

O objetivo central da proposta é reduzir custos, acabar com privilégios e aumentar a transparência e eficiência do Poder Judiciário, alinhando-o às regras do setor privado e à realidade socioeconômica do país.

Principais Medias Propostas:

1. **Teto Remuneratório Geral:** Estabelece um teto máximo de **10 salários mínimos** para todos os magistrados e servidores, incluindo os Ministros do STF. É proibido qualquer benefício que ultrapasse esse limite.
2. **Fim de Benefícios e Privilégios:**
 - a. **Extinção do auxílio-moradia** para todos.
 - b. **Auxílio-alimentação** com valor limitado e escala decrescente (quem ganha mais, recebe menos).
 - c. **Fim de licenças remuneradas** como licença-prêmio e afastamentos para estudo com salário integral.
3. **Reforma Previdenciária:**
 - a. **Idade mínima** igual à do INSS: 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres).
 - b. **Fim da integralidade e paridade.** A aposentadoria será calculada pela média de todas as contribuições, respeitando o teto do INSS.
4. **Gestão e Transparência:**
 - a. Criação de um **Conselho Nacional de Supervisão do Judiciário** com participação da sociedade civil para vetar nomeações e fazer auditorias.
 - b. **Portal de transparência** com todos os gastos e produtividade de cada magistrado.
 - c. **Jornada de 40h semanais** com registro de ponto eletrônico.
5. **Outras Mudanças:**
 - a. Progressão na carreira por **mérito e produtividade**, não mais por tempo de serviço.
 - b. Fim de **planos de saúde de alto padrão** custeados pelo erário.
 - c. Mudanças nas **pensões por morte**, que deixarão de ser vitalícias.

Impactos e Benefícios Esperados:

- **Economia Financeira:** Estimativa de economia de **R\$ 15-20 bilhões/ano** para os cofres públicos.
- **Justiça Fiscal:** Fim da distorção onde servidores possuem regras mais vantajosas que os cidadãos que os sustentam.

- **Controle Social:** Maior fiscalização da sociedade sobre gastos e atuação do Judiciário.
- **Fim de Privilégios:** Equiparação das condições de trabalho e aposentadoria às vigentes no setor privado.

Em síntese: A proposta busca criar um Judiciário mais enxuto, transparente e alinhado com a realidade do país, substituindo uma cultura de privilégios por uma de mérito, eficiência e controle social.